POR DENTRO DO PETRÓLEO

• PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS • ANO 1 Nº 14 SET. 1994

Petróleo ainda é estratégico

"É uma enorme bobagem imaginar que o petróleo deixou de ser um insumo estratégico. Ao contrário das anteriores, a atual revolução tecnológica não mudou a sua base energética. Logo, o petróleo continua e continuará por muito tempo sendo um bem estratégico para o funcionamento de toda economia e não apenas o sistema de transportes". Tal avaliação, que contraria a famosa versão de que o petróleo se tornou uma commodity como outra qualquer, é da professora Maria da Conceição Tavares, da UFRJ, Unicamp e agora candidata a deputada federal pelo PT.

Conceição observa, também, que as multinacionais do petróleo ganham dinheiro fazendo contratos a futuro com petróleo e câmbio. "Seu poder desestabilizador é enorme. Por isso, é essencial para o Brasil manter tal arbitragem cambial sob o controle de uma empresa estatal como a Petrobrás, que manipula volumes de câmbio da ordem de US$ 5 bilhões. E, além disso, exporta US$ 600 milhões por ano — 20 vezes mais do que a maioria das multinacionais instaladas no pais".

A importância da Petrobrás não se limita, porém, à área cambial. Para a professora da UFRJ, ele tem um papel sistêmico fundamental como "compradora de máquinas e equipamentos, geradora de tecnologia autônoma e uma parceira em potencial de grandes grupos nacionais e estrangeiros para a realização de projetos ainda não amortizados". Para Conceição a Petrobrás é uma das raras companhias nacionais "capazes de operar com visão global das empresas multinacionais, do ponto de vista estratégico, de mercado, tecnológico, de conglomeração, etc. Isso ao contrário das demais empresas nacionais onde imperam o patrimonialismo e a propriedade familiar disfarçada de sociedade anônima".

É preciso não esquecer, diz Conceição, que o petróleo ainda é um dos fatores da competitividade sistêmica de qualquer país e no nosso caso a existência da Petrobrás viabilizou a existência da indústria de bens de capital. E a Petrobrás realizou seus diversos papéis com competência e sendo auto-financiável, pois não depende há muito tempo de recursos do Tesouro Nacional. Infelizmente, a pretexto do equilíbrio orçamentário está sendo obrigada a paralisar projetos de rentabilidade comprovada, tanto do ponto de vista micro quanto macro. Além do mais, a empresa vem sendo obrigada a repassar de forma compulsória uma parcela de seus recursos para o governo para ajudar a equilibrar o orçamento de caixa da União".

Diante desse quadro, qual o futuro da empresa? "Privatizá-la e esquartejá-la. vendendo suas subsidiárias, como a mídia propõe com frequência não passa de uma piada de mau gosto. O essencial para a companhia, observa Conceição, é fazer com que o contrato de gestão assinado com o governo lhe dê autonomia operacional e financeira. E contar com um conselho tripartite que dê transparência à Petrobrás transformando-a de uma empresa estatal numa empresa realmente de economia mista. Deste conselho deveriam participar trabalhadores, governo e representantes da sociedade. Para formar tal conselho deveriam ser cuidadosamente evitadas as nomeações meramente de cunho político que só atrapalham a vida da empresa".

Para lutar por seu futuro de forma conseqüente, a Petrobrás precisa contar com uma forte unidade de seus funcionários. "Nisto, a empresa vem se revelando pouco moderna. A comunicação é fraca, os funcionários às vezes desconhecem até a importância estratégica da Petrobrás. Nessa área é que a modernidade precisa chegar".

Exemplos internacionais

A experiência internacional confirma a tese da existência de setores estratégicos para determinadas economias. E o petróleo está, sem dúvida, entre tais setores, lembra Conceição. "Mesmo o Chile e o México que liberalizaram violentamente suas economias, abriram as portas ao exterior de forma escancarada, não abriram mão do controle de suas empresas estratégicas. No Chile a exploração e exportação do cobre continua sob controle do estado chileno, que assim tem em mãos o correspondente a 40% das receitas de exportação. O México faz parte do Nafta, está sendo invadido pelas maquiadoras multinacionais. Mas, apesar de todas as pressões dos Estados Unidos os mexicanos não abriram mão de um firme controle sobre as atividades petrolíferas. Tais verdades não são ditas no Brasil, engolfado por uma onda neoliberal que se for vitoriosa comprometerá o futuro de uma economia que tem a base produtiva mais importante e mais preservada da América Latina".

Plano Real: ilusão e morte anunciada

*Reinaldo Gonçalves**

Aceitam-se apostas: o Plano Real vai morrer nos próximos seis meses. E mais, esta "morte anunciada" independe dos resultados da sucessão presidencial, e vai ser tão mais rápida quanto maior for a aceleração inflacionária a partir de outubro. E, independe também do fato do Plano estar sendo usado de forma eleitoreira para eleger FHC.

Pode-se enganar a todos (ou a quase todos) durante algum tempo, mas não durante todo o tempo. Exemplo recente: o ex-ministro Ricupero. A "revelação" de Ricupero de que as autoridades econômicas (lideradas por ele) estavam, "sem escrúpulos", utilizando o Plano Real para alavancar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República não foi surpresa alguma para muita gente. Entretanto, a revelação provocou revolta e indignação no povo frente à sensação de estar sendo iludido.

Nas classes dirigentes houve, entretanto, dois tipos de reação. A primeira foi reconhecer que, afinal de contas, FHC é o candidato governista e, segue o argumento, nada mais "natural" do que o governo promover o seu candidato. A lógica política é impecável, ainda que eticamente duvidosa (qual a fronteira entre a promoção do Plano e o uso da máquina do governo para promover FHC?). Este não é o nosso tema aqui. A segunda reação foi tentar minimizar os efeitos das declarações de Ricupero e, simultaneamente, partir para a exaltação do Plano Real. Este é o nosso tema.

Pode-se enganar durante todo o tempo, mas não a todo mundo. Exemplo: o Plano Real. Há uma parcela da população e de economistas (que têm uma projeção desproporcionalmente pequena na mídia) que está convencida de que o Plano Real vai desaparecer nos próximos meses, independentemente do resultado das eleições.

Mas, porque a "morte anunciada" do Plano Real? Resposta: (1) O Plano Real, apesar da propaganda e do amplo apoio dos meios de comunicação, tem fragilidades e deficiências graves. O sistema imunológico do Plano está contaminado.

(2) O combate à inflação no Brasil depende de uma política de rendas, no contexto de um amplo pacto social, que defina perdas, compensações e ganhos futuros num horizonte temporal de médio prazo (no mínimo, dezoito meses).

Deve-se ressaltar, aqui, antes de procedermos à argumentação, que plano econômico não é "jogo de futebol", onde torcemos "contra" ou "a favor". Para o analista, o que interessa são os objetivos, a consistência, a sustentabilidade e os resultados do plano.

O Plano Real vai morrer nos próximos seis meses. É a aposta de Reinaldo Gonçalves.

O sistema imunológico do Plano Real está contaminado devido à sua própria natureza frágil e deficiências. Vejamos. A política monetária fracassou ou tem sido contraprodutiva. A meta monetária estourou menos de dois meses depois do início do Plano. A oscilação das taxas de juro reforça um quadro de incertezas e instabilidade (as propensões a poupar e a consumir têm variado significativamente em curtos intervalos de semanas). A âncora monetária partiu-se antes do Plano completar dois meses.

A âncora cambial está mais para um frágil "elástico cambial" do que qualquer outra coisa. Volatilidade e desalinhamento estão na ordem do dia. O ruído criado pelo mercado cambial tem sido freqüente, e não somente as tradicionais queixas dos exportadores. Não se deve minimizar o fato de que o dólar sempre foi um ativo importante de reserva de valor no Brasil. O "elástico cambial" gera, neste sentido, uma maior incerteza na composição de portfólio dos agentes econômicos e, conseqüentemente, nas suas decisões de investimento e consumo.

A âncora fiscal inexiste. País sem orçamento, falta de transparência nas contas públicas, tarifas congeladas, consumo e investimento público comprimidos artificialmente (e até dramaticamente, como no caso da saúde) são indicadores de que, no mínimo, está se empurrando com a barriga a questão fiscal à espera da revisão constitucional.

Ao fim e ao cabo, fica-se com a convicção de que o Plano Real está sem âncora alguma e está, principalmente, escorado no congelamento dos salários. Além da falta de imaginação, a situação torna-se gradativamente insustentável com a acumulação dos índices de inflação. Isto é, sem âncora monetária, cambial e fiscal, e escorado precariamente no congelamento de tarifas públicas e salários, o Plano está com os dias contados.

As razões destas deficiências do Plano Real são múltiplas: especificidade do mandato-tampão de Itamar Franco, resistência de grupos e interesses em aceitar perdas ou reduzir ganhos, conjuntura internacional (excesso de liquidez), inviabilidade da revisão constitucional neste último ano, e até excesso de autoconfiança da equipe econômica (que leva os formuladores, entre outras coisas, a negligenciar planos de contingência, cenários e riscos na determinação de parâmetros).

A segunda questão refere-se à necessidade de uma política negociada de rendas para combater de forma duradoura a inflação brasileira. Ocorre que o pacto social necessário para que esta política se viabilize só pode ocorrer no início de um governo eleito democraticamente pela maioria da população. A arbitragem de ganhos e, principalmente, de perdas depende da legitimidade obtida nas eleições.

* *Reinaldo Gonçalves é Professor da UFRJ*

aepet
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

EXPEDIENTE
Rua Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro, RJ CEP 20031 Tel 220-4774 Fax 262-9224
POR DENTRO DO PETRÓLEO
Jornalista Responsável: Ricardo Bueno
Mais informações sobre as matérias deste boletim poderão ser obtidas junto à AEPET